

Risco Brasil sobe com 'meteoro de gastos' de Guedes

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para permitir que o governo federal adie o pagamento dos precatórios (valores devidos por derrotas definitivas na Justiça) e a reformulação do Bolsa Família têm aumentado as incertezas sobre o cenário fiscal brasileiro e elevado a percepção de risco do Brasil para os investidores.

O risco-país, medido pelo CDS de cinco anos, acumula uma alta de 29% neste ano, após saltar 43,6% em 2020 com a pandemia de Covid-19. Desde que o ministro da Economia, Paulo Guedes, citou um "meteoro de gastos" ao falar sobre o pagamento dos precatórios, em 29 de julho, o indicador cresceu 6,6%, para 184,5 pontos.

O CDS funciona como um termômetro informal da confiança dos investidores em relação às economias, especialmente as emergentes. Se o indicador sobe, é um sinal de que os investidores temem o futuro financeiro do país. Se ele cai, o recado é o inverso: sinaliza aumento da confiança quanto à capacidade que o país tem de saldar suas dívidas.

"O risco-país tem subido, principalmente, pelo lado fiscal, que continua sendo uma preocupação. Tivemos a entrega de uma MP [medida provisória] sem valor definido e a questão [do pagamento] dos precatórios, que sem dúvida é um remanejamento do orçamento [do governo]. Já sinaliza que não vai existir uma folga orçamentária",

afirmou o analista da Clear Corretora, Rafael Ribeiro.

Nesta segunda-feira (9), o presidente Jair Bolsonaro entregou ao Congresso a MP que cria o Auxílio Brasil, programa que substituirá o Bolsa Família.

O texto, que foi entregue pessoalmente por Bolsonaro ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estabelece o formato do programa, seus objetivos e diretrizes, mas ainda não determinou os valores ou detalhes sobre as fontes orçamentárias.

Após ser questionado nesta manhã sobre qual o valor pago pelo novo programa, Bolsonaro afirmou que será pelo menos 50% maior que o atual (média atual aproximada de R\$ 190).

Isabela Bolzani/Folhapress



Economia



Riscos fiscais levaram Copom a acelerar alta de juros, diz ata da reunião

Página - 03

Política



Inflação alcança 0,96% em julho, maior resultado para o mês desde 2002

Página - 03

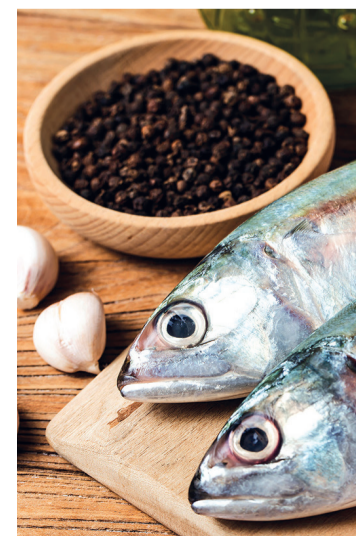


BTG Pactual bate recordes e abre novas frentes

Página - 08

O mar está para peixe? Por que a JBS decidiu entrar nesse mercado

Página - 08



Desfile de Bolsonaro aumenta pressão sobre comandante do Exército

Página - 04

Jabuti em PEC dos precatórios acaba com trava da regra de ouro e libera endividamento

Página - 04

No Mundo

Operação russa mirou Brasil e América Latina com mentira sobre vacinas, diz Facebook



O Facebook anunciou nesta terça-feira (10) que derrubou uma rede coordenada de conteúdo anti-vacina que operava na Rússia e atacava países da América Latina, incluindo o Brasil, além de Índia e Estados Unidos com informações falsas. O grupo disseminava supostos relatórios científicos, petições e memes por meio de influenciadores em várias redes sociais ao mesmo tempo.

As chamadas “redes de comportamento inautêntico coordenado” são eliminadas pela empresa devido à forma em que se articulam, não necessariamente ao conteúdo. A rede social as define como

“campanhas domésticas não governamentais que incluem grupos de contas e páginas que procuram enganar as pessoas” atuando por meio de contas falsas e autênticas. Nesse caso, tratava-se de uma rede com interferência estrangeira.

O conteúdo falso relativo às vacinas AstraZeneca e Pfizer era operado por uma rede com 65 contas do Facebook e 243 contas do Instagram, que também atuou em uma dúzia de plataformas e fóruns na internet. O principal alvo da ação era a Índia, a América Latina e, em extensão menor, os Estados Unidos, diz a empresa.

A investigação interna do Facebook encontrou relação entre essa campanha russa e uma empresa de marketing chamada Fazze, registrada no Reino Unido, cujas contas foram banidas da plataforma.

Um dos memes que circulava em novembro e dezembro afirmava que a AstraZeneca transformava as pessoas em chimpanzés. Esse tipo de comparação foi usada pelo presidente Jair Bolsonaro, que no fim do ano passado, ao ser questionado sobre não ter fechado acordo com a fabricante Pfizer, disse que não era sua responsabilidade se as pessoas virassem jacarés.

Paula Soprana/Folhapress

China pune mais de 40 funcionários por má gestão de surto da variante delta



O Governo chinês puniu pelo menos 47 funcionários locais por alegadas falhas em controlar a disseminação da variante delta do coronavírus no país. Entre as autoridades governamentais punidas ou demitidas estão um vice-presidente da câmara, chefes de distrito e de comissões de saúde locais e funcionários da administração dos hospitais, aeroportos e departamentos de turismo.

O último surto, que já se espalhou para mais da metade das 31 províncias da China, começou há cerca de três semanas, no aeroporto da cidade de Nanjing, no leste do país. A variante delta, al-

Boeing avalia datas em agosto para lançar cápsula espacial Starliner

A Boeing informou nesta segunda-feira (9) que avalia várias datas neste mês para o lançamento de sua cápsula espacial CST-100 Starliner para a Estação Espacial Internacional.

A empresa adiou, na semana passada, o lançamento da cápsula, depois de descobrir uma falha nas válvulas do sistema de propulsão durante as verificações de pré-lançamento.

A Boeing disse que corrigiu os problemas no fim de semana, na maioria das 13 válvulas do sistema de propulsão da CST-100 Starliner, e que as inspeções não mostraram sinais de danos ou corrosão externa.

“Sete das 13 válvulas agora estão operando confor-

me projetado. A inspeção e o reparo das válvulas afetadas restantes serão realizadas nos próximos dias”, informou a empresa. A Boeing disse que está trabalhando com a Nasa, a agência espacial norte-americana, e a United Launch Alliance, sua parceria com a Lockheed Martin, para confirmar as datas de lançamento quando a espaçonave estiver pronta.

A CST-100 Starliner levará as pessoas de e para a órbita baixa da Terra. A Boeing garante que uma missão tripulada ocorrerá no máximo em dezembro, pois compete com a SpaceX, de Elon Musk, para ser a primeira a levar astronautas da Nasa à estação espacial, vindos do solo dos Estados Unidos, em quase uma década. Reuters/ABR



tamente contagiosa, infectou os trabalhadores do aeroporto e, desde então, alastrou-se para as diferentes províncias chinesas.

Nas últimas 24 horas, a China anunciou ter identificado mais de 90 casos por contágio local da variante delta, quase todos detectados nas províncias de Henan e Jiangsu. Desde 20 de julho, mais de mil pessoas já apresentaram infecções sintomáticas por essa cepa.

Desde que surgiram os primeiros casos de transmissão local, as autoridades do país impuseram novas medidas de controle da pandemia, como restrições nas viagens internas, testagem em massa,

confinamento de bairros e o isolamento de toda a cidade de Zhangjiajie, por exemplo, com uma população de 1,5 milhão de pessoas.

Contudo, segundo apuração da CNN, dezenas de funcionários e profissionais de saúde das quatro províncias mais atingidas pela epidemia foram punidos pela “resposta lenta” e “gestão ineficaz”, diante dos novos surtos de covid-19 na China.

De acordo com as autoridades chinesas, esses funcionários não aplicaram correta ou eficazmente as medidas apertadas de combate à pandemia e, por isso, irão enfrentar ações disciplinares.

Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Riscos fiscais levaram Copom a acelerar alta de juros, diz ata da reunião



Para justificar a aceleração do ciclo de alta da taxa básica de juros (Selic), que teve a maior elevação em 18 anos na última quarta-feira (4), o Copom do Banco Central afirmou que o risco fiscal, quando há possibilidade de desajuste nas contas públicas, foi preponderante na decisão.

“O Comitê ponderou que os riscos fiscais continuam implicando um viés de alta nas projeções. Essa assimetria no balanço de riscos afeta o grau apropriado de estímulo monetário, justificando assim uma trajetória para a política monetária mais contracionista do que a utilizada no cenário básico”, diz a ata da reunião, publicada nesta terça-feira (10).

Na ocasião, o BC elevou a Selic em 1 ponto percentual, a 5,25% ao ano, e indicou que fará nova alta na mesma magnitude na próxima reunião, em setembro, para 6,25%.

Nos últimos dias, dúvidas em relação ao custeio do novo programa social do governo, o Auxílio Brasil, e sobre o pagamento de precatórios foram mal-recebidas pelo mercado e deterioraram ainda mais o cenário.

Além disso, o Copom afirmou que os juros devem ficar acima do neutro.

O BC adiantou que fará elevações de juros em todas as próximas reuniões, sem interrupções, até que a Selic fique acima do patamar considerado neutro.

“Levando em conta o cenário básico e o balanço de

riscos, o Comitê observou que, caso não haja mudança nos condicionantes de inflação, são necessárias elevações de juros subsequentes, sem interrupção, até patamar acima do neutro para que se obtenha projeções em torno das metas de inflação no horizonte relevante”, afirmou.

“Sendo assim, tornou-se apropriado um ciclo de elevação da taxa de juros para patamar consistente com política monetária contracionista”, disse o texto.

O Copom, contudo, reafirmou que reavaliará a decisão caso ocorram mudanças no cenário.

O BC explicou na ata que as projeções dentro do cenário básico estariam alinhadas às metas para 2022 e 2023.

Larissa Garcia/Folhapress

Inflação alcança 0,96% em julho, maior resultado para o mês desde 2002



A inflação oficial do país, medida pelo IPCA, voltou a acelerar e registrou variação de 0,96% em julho. Puxado pela energia elétrica mais cara, o resultado é o maior para o mês desde 2002, quando o índice foi de 1,19%.

A variação de 0,96% ocorreu após avanço de 0,53% em junho, informou o IBGE nesta terça-feira (10).

O resultado de julho veio próximo das expectativas do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam variação de 0,95%.

Com o resultado, o IPCA chegou a 8,99% no acumulado de 12 meses. Isso significa que o indicador ampliou a distância em relação ao teto

Após feijão com arroz, café com leite também deve ficar mais caro para o brasileiro

Depois do feijão com arroz, outra combinação familiar à mesa dos brasileiros deve ficar ainda mais cara. Trata-se do café com leite.

Por trás do possível aumento nos preços para o consumidor, há os efeitos da seca e das recentes geadas que atingiram o país.

A dupla de fenômenos climáticos afeta a produção no campo e, assim, tende a pressionar os valores do café e do leite até as gôndolas dos supermercados.

Na visão de analistas, repasses dos aumentos aos produtos que chegam à mesa do consumidor são praticamente certos. Resta saber a magnitude dos reajustes e a velocidade em que devem ocorrer.

No caso do café, a safra deste ano já era impactada pela escassez de chuva. Com o registro de geadas em julho, nos estados de Minas Gerais

e São Paulo, a situação ficou ainda mais complicada.

É que, ao causar danos aos cafezais, o frio intenso tende a reduzir a produção em 2022. Em geral, a geada não resulta em grandes problemas para os grãos prontos para colheita, e, sim, para safras futuras.

O tamanho exato dos estragos ainda está sendo calculado. De acordo com analistas, é preciso aguardar para ver como as plantas irão reagir nos próximos dias aos impactos das baixas temperaturas. O Brasil é o principal produtor de café do mundo.

Diante do cenário negativo, as cotações do grão dispararam. Em julho, a saca da variedade arábica rompeu a barreira dos R\$ 1.000, acumulando alta de 20,16% no mês, segundo dados do Cepea. Ao final de 2020, a saca custava R\$ 606,69.

Leonardo Vieceli/Folhapress



da meta de inflação perseguida pelo BC neste ano. No acumulado até junho, a variação estava em 8,35%.

O teto da meta de inflação em 2021 é de 5,25%. O centro é de 3,75%.

Dos nove grupos de produtos e serviços do IPCA, oito tiveram alta em julho. A maior variação (3,1%) e o maior impacto (0,48 ponto percentual) vieram de habitação.

O resultado desse grupo foi influenciado pela energia elétrica, que acelerou para 7,88% no mês passado. Segundo o IBGE, o item respondeu pelo principal impacto individual (0,35 p.p.) no IPCA do período.

O instituto destacou que, em julho, o país teve reajuste no valor adicional da bandeira

vermelha patamar 2, o que pressionou as contas de luz. Além disso, houve avanços tarifários de 11,38% em São Paulo, de 8,97% em Curitiba e de 9,08% em uma das concessionárias de Porto Alegre.

“Além dos reajustes nos preços das tarifas em algumas áreas de abrangência do índice, a gente teve o reajuste de 52% no valor adicional da bandeira tarifária vermelha patamar 2 em todo o país. Antes o acréscimo nessa bandeira era de, aproximadamente, R\$ 6,24 a cada 100kWh consumidos e, a partir de julho, esse acréscimo passou a ser de cerca de R\$ 9,49”, explicou André Filipe Guedes Almeida, analista da pesquisa do IBGE.

Leonardo Vieceli/Folhapress

Política

Jabuti em PEC dos precatórios acaba com trava da regra de ouro e libera endividamento



O governo inseriu na PEC que parcela precatórios, apresentada nesta semana, um trecho que autoriza o Executivo a descumprir a regra de ouro das contas públicas sem um aval específico do Congresso.

A regra de ouro impede que o governo se endivida para pagar despesas correntes (como salários e aposentadorias). Isso só pode ocorrer hoje quando o Congresso autorizar o endividamento para finalidades precisas, e após votação por maioria absoluta.

Agora, o governo tenta mudar a Constituição para poder se endividar para essas despesas, bastando que os montantes estejam previstos e autorizados pelo Orçamento.

Desde 2019, o governo não consegue cumprir o estabelecido na regra e precisa pedir aval ao Congresso para o descumprimento. Caso contrário, fica sujeito a crime de responsabilidade.

Para 2021, por exemplo, o governo incluiu em sua proposta de Orçamento uma projeção de R\$ 453,7 bilhões que seriam obtidos por meio de títulos públicos para pagar essas despesas. Em 2020, a equipe econômica estimou que precisaria de autorização para emitir títulos no valor de R\$ 367 bilhões. Em 2019, foram R\$ 248 bilhões.

Mais recentemente, a regra de ouro já vinha sendo alvo de flexibilizações extraordinárias. Em 2020, o Congresso autorizou a suspensão

dessa e de outras normas fiscais para destravar recursos para o combate à pandemia de Covid-19 e seus efeitos.

Em 2021, R\$ 44 bilhões para o pagamento do auxílio emergencial haviam sido retirados das regras fiscais pela chamada PEC Emergencial.

A PEC dos precatórios contém outras flexibilizações em regras fiscais para abrir caminho para a execução de despesas em eleitoral.

Além da mudança na regra de ouro, está previsto o parcelamento de precatórios (dívidas da União reconhecidas pela Justiça) para driblar a regra do teto de gastos no ano que vem e abrir espaço para outras despesas.

Fábio Pupo/Folhapress

Supremo anula operação contra advogados de Lula e de Bolsonaro e filhos de ministros de TCU e STJ



A Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta terça-feira (10) anular toda a investigação desencadeada por operação da Polícia Federal de setembro do ano passado que mirou suposto esquema de tráfico de influência no STJ e no TCU (com desvio de recursos públicos do Sistema S.

Por 3 a 1, os ministros afirmaram que a Lava Jato do Rio de Janeiro não poderia ser responsável pelo caso e retiraram o processo da alçada da 7ª Vara Federal Criminal do RJ, chefiada pelo juiz Marcelo Bretas, anulando todas as decisões que ele tomou no processo.

Prevaleceu o entendimento de que apurações sobre

Desfile de Bolsonaro aumenta pressão sobre comandante do Exército

O desfile militar desenhado pelo governo federal para intimidar o Congresso Nacional no dia em que deverá ser derrubada a ideia de adoção de voto impresso aumentou a pressão por adesão política do Exército a Jair Bolsonaro.

Com o apoio mais explícito dado pelo comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, autor da ideia do desfile, e o já conhecido bolsonarismo do chefe da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Almeida Baptista Jr., a posição do general Paulo Sérgio Oliveira ficou mais delicada.

Diferentemente de seus pares, ele tem resistido até aqui a demonstrações públicas de identificação com Bolsonaro. Assim como seu antecessor, Edson Leal Pujol, é visto pelos subordinados como alguém refratário às intenções golpistas do chefe.

Cabe lembrar que a crise militar de abril, que levou

à destituição do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo, e dos três chefes de Força começou pela resistência de Pujol em aderir à visão de “meu Exército” de Bolsonaro na crítica às medidas de distanciamento social na pandemia adotadas por estados.

O desconforto vinha desde 2020, quando o então comandante adotou uma posição antagônica em relação a Bolsonaro. Quase foi substituído por Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), defendeu publicamente um cordão sanitário entre o serviço ativo e a política e acabou caindo no ano seguinte.

Paulo Sérgio assumiu por critérios de antiguidade e tem tentado se manter mais distante do Planalto. Nesta manhã de terça (10), estava na rampa do palácio ao lado de Bolsonaro e do chefe direto, o ministro da Defesa que sucedeu a Azevedo, general Walter Braga Netto.

Igor Gielow/Folhapress



verbas vinculadas ao Sistema S são de competência da Justiça Estadual, para onde irá o caso a partir da fase da análise da denúncia do Ministério Público Federal.

Os ministros Gilmar Mendes, Kassio Nunes Marques e Ricardo Lewandowski votaram nesse sentido, enquanto Edson Fachin ficou vencido.

Entre os alvos de denúncias e de mandados de busca e apreensão neste caso estão os advogados do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin e Roberto Teixeira, acusados de liderar o esquema, e parentes de ministros do STJ e do TCU, entre eles Eduardo Martins, filho do atual presidente do STJ, Humberto Martins.

Também é investigado nesse processo por desvios no Sistema S o advogado Frede-

rick Wassef, que advoga para a família do presidente Jair Bolsonaro. Ele teria se beneficiado dos repasses por meio de um outro grupo que também atuava na Fecomércio RJ (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo).

O julgamento da Segunda Turma ocorreu em um pedido das seccionais da OAB do Distrito Federal, de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Alagoas.

Os ministros rejeitaram, por questão processual, a tramitação da reclamação, nome do recurso apresentado pelas entidades estaduais, mas, logo em seguida, concederam um habeas corpus de ofício, ou seja, sem pedido das partes, para atender ao pedido da OAB.

Matheus Teixeira/Folhapress

Bola Pro Alto Aluguéis Esportivos Ltda.

CNPJ/ME nº 32.020.028/0001-87 – NIRE 35.235.393.869

5ª Alteração de Contrato Social para Transformação do Tipo Jurídico de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade por Ações, sob a denominação de Bola Pro Alto Aluguéis Esportivos S/A. Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo: **Fernando Lincoln Leite**, RG nº 35.023.927 SSP/SP e CPF/MF nº 423.658.328-30; **Adriano Soncini**, RG nº 32.680.519 SSP/SP e CPF/MF nº 396.660.908-80; **Ricardo Conde Assumpção**, RG nº 29.413.809-2 SSP/SP e CPF/MF nº 383.763.198-25; **Renato Augusto Villar Barros**, RG nº 47.769.576-0 SSP/SP e CPF/MF nº 395.897.858-40; e **Caio Troi Del Carlo Cagno**, RG nº 30.756.855 SSP/SP e CPF/MF nº 398.231.468-29. Únicos sócios representando a totalidade do capital social da **Bola Pro Alto Aluguéis Esportivos Ltda.**, têm entre si justo e combinado alterar o referido instrumento de Contrato Social, mediante as seguintes cláusulas e condições: **1. Transformação da Natureza Jurídica em Sociedade por Ações e Alteração de Denominação Social.** Os sócios resolvem, por unanimidade, alterar a natureza jurídica de sociedade limitada para sociedade anônima, com a denominação **Bola Pro Alto Aluguéis Esportivos S/A**, a se reger pelo Estatuto ora aprovado, cujo inteiro teor acompanha a presente alteração, por meio do Anexo I, como se nela estivesse literalmente transcrito, ficando sem efeito todo e qualquer dispositivo constante no contrato social ora alterado. **2. Substituição das quotas sociais por ações:** Em consequência da deliberação contida no item 1 acima, o capital social, atualmente no valor de R\$ 1.450.000,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.450.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada uma, passa, a ser distribuído da seguinte forma: **(a) Fernando Lincoln Leite**, 267.221 quotas sociais convertidas em 267.221 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; **(b) Adriano Soncini**, 534.291 quotas sociais convertidas em 534.291 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; **(c) Ricardo Conde Assumpção**, 178.046 quotas sociais convertidas em 178.046 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; **(d) Renato Augusto Villar Barros**, 203.221 quotas sociais convertidas em 203.221 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e **(e) Caio Troi Del Carlo Cagno**, 267.221 quotas sociais convertidas em 267.221 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **3. Administração da Sociedade:** 3.1. Tendo em vista a deliberação de transformação da Sociedade, resolvem os sócios que a administração da Sociedade competirá à Diretoria, composta por no mínimo 2 membros, a serem eleitos para um mandato unificado de 3 anos, permitida a reeleição, a serem eleitos pelos acionistas, em Assembleia Geral, e por este destituíveis, a qualquer tempo, sendo 1 Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica. **3.2.** Os sócios elegem, como membros da Diretoria, **Adriano Soncini**, já qualificado acima, para o cargo de **Diretor Presidente**; e os Srs., **Fernando Lincoln Leite**, **Ricardo Conde Assumpção**, **Renato Augusto Villar Barros** e **Caio Troi Del Carlo Cagno**, todos já devidamente qualificados acima, para o cargo de **Diretores sem designação específica**: todos com mandato de 03 anos, a contar desta data. **3.3.** Os membros da Diretoria ora eleitos declararam, sob as penas da lei, que não se encontram impedidos de exercer a administração da Sociedade, e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Dessa forma, os membros da Diretoria ora eleito tomam posse nesta data mediante a assinatura dos respectivos termos. **4. Disposições gerais:** Os sócios autorizam os Diretores a tomarem todas as providências necessárias para implementação das deliberações ora aprovadas, incluindo, sem limitação, as providências perante a Junta Comercial e demais regularizações perante os órgãos competentes. E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 03 vias de igual teor e para o mesmo fim. São Paulo, 13/04/2021. Fernando Lincoln Leite; Adriano Soncini; Ricardo Conde Assumpção; Renato Augusto Villar Barros; Caio Troi Del Carlo Cagno. **Estatuto Social. Capítulo I – Denominação Social, Sede, Objeto e Prazo de Duração: Artigo 1º.** A **Bola Pro Alto Aluguéis Esportivos S/A**, é uma Sociedade Anônima, de capital fechado, que se regerá pelas disposições deste Estatuto, pela Lei nº 6.404, de 15/11/1976, e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Sociedade terá sua sede na Avenida Magalhães de Castro, nº 262 e 286, São Paulo-SP. **§ Único:** A Sociedade poderá abrir filiais, escritórios, agências e depósitos em qualquer parte do país, por meio de decisão da Diretoria. **Artigo 3º.** A Sociedade tem por objeto as atividades de: (i) Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos; (ii) Ensino de Esportes; (iii) Restaurante e similares; (iv) Lanchonete; (v) Bares; (vi) Comércio varejistas; b) Artigos Esportivos; c) Artigos de Óptica; d) Artigos de Cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; d) Artigos do Vestuário e Acessórios; e) Artigos de Calçados; e f) Artigos de Utensílio de Cozinha. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado. **Capítulo II – Capital e Ações: Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 1.450.000,00, dividido em 1.450.000 Ações Ordinárias Nominativas, de mesma classe, sem valor nominal, cuja forma de subscrição e integralização consta nos respectivos documentos e subscrição de ações da Sociedade. **Artigo 6º.** As Ações são indivisíveis em relação à Sociedade. **Artigo 7º.** Cada Ação Ordinária confere direito a um voto nas deliberações da assembleia geral. Quando a Ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 8º.** As Ações Nominativas serão registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas e as suas transferências serão efetuadas por meio de termos lavrados no livro de Transferência de Ações Nominativas, assinados e datados pelo Cedente e o Cessionário ou seus procuradores. **Artigo 9º.** No caso de reembolso das Ações, previstos em lei, o valor do reembolso será calculado com base no patrimônio líquido das Ações, de acordo com o último balanço provado na Assembleia Geral, segundo critérios de avaliação do ativo e passivo fixados na Lei das S.A. e com os princípios contábeis geralmente aceitos. **Artigo 10.** A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas Ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e ao prazo de subscrição, quanto à forma de integralização e à cessão do direito de preferência, observadas as disposições legais e as previstas no Estatuto Social. **Artigo 11.** A Sociedade poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias Ações para a permanência em tesouraria sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando sua posterior alienação, observada as disposições legais aplicáveis. **Artigo 12.** As Ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua realocação em circulação. **Capítulo III – Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 13.** As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão ordinariamente em até 4 meses após o término de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. **§ Único:** As deliberações das Assembleias, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e neste Acordo, serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital votante. Cada Ação corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias. **Artigo 14.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas. **Artigo 15.** O modo de convocação das Assembleias e as formalidades complementares observar-se-ão as disposições legais aplicáveis. **Artigo 16.** As Assembleias instalam-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo ¼ do capital social e, em segundo, com qualquer número. Salvo decidido em contrário pela maioria dos acionistas, o presidente da Assembleia será o administrador ou acionista responsável pela convocação da Assembleia, sendo o secretário escolhido pelo presidente entre um dos acionistas ou seus representantes presentes. **Artigo 17.** As Assembleias poderão ocorrer de forma virtual, por meio de videoconferência ou outro meio disponível, e que possa identificar os participantes, cuja plataforma deverá ser indicada no instrumento de convocação, devendo os acionistas formalizarem por escrito as deliberações tomadas em Assembleia. As atas de deliberações ou das assembleias poderão ser assinadas de forma eletrônica ou digital, conforme permitido pela legislação e por aceitável pela Junta Comercial competente. **Artigo 18.** As seguintes matérias somente serão aprovadas nas Assembleias se houver aprovação de acionistas representando 75% do Capital Social votante da Sociedade: (i) Alteração do objeto social da Sociedade; (ii) Aumento ou redução do capital social, mediante emissão ou extinção de quotas/ações, opções de compra ou opções de subscrição de ações; (iii) Liquidação e dissolução da Sociedade ou de qualquer Controlada, eleição

e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação, bem como autorização aos administradores da Sociedade ou de qualquer Controlada para requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial; (iv) Transformação da Sociedade em outro tipo societário, fusão, incorporação, cisão, qualquer forma de reorganização societária envolvendo a sociedade ou seus ativos (incluindo-se *drop down*) ou a absorção, pela Sociedade, do acervo resultante de qualquer sociedade; (v) Abertura e encerramento de filiais; (vi) Nomeação e destituição de administradores; (vii) Fixação da remuneração anual máxima e benefícios aos administradores, bem como a forma de pagamento de tal remuneração e benefícios, se aplicável; (viii) Alteração da política de dividendos; (ix) Alteração da forma de representação da Sociedade e limitação de poderes da administração, conforme previsto no Estatuto Social; (x) Participação em grupo de sociedades, em subsidiárias/controladas/coligadas e em consórcios de sociedades ou formação de *joint ventures* e parcerias similares; (xi) As operações que envolverem, por qualquer modo ou título, a aquisição ou a alienação, investimentos, arrendamento, bem como a instituição de quaisquer Ônus, referentes a (i) bens imóveis, por qualquer valor; e (ii) participações societárias; (xii) Celebração ou rescisão de qualquer contrato, inclusive com instituições financeiras ou assunção de qualquer obrigação cujo valor individual seja igual ou superior a R\$ 500.000,00; (xiii) Constituição de penhor, alienação fiduciária, hipoteca ou quaisquer gravames, sobre qualquer ativo ou direito da Sociedade ou das Controladas; (xiv) Celebração ou rescisão de quaisquer negócios envolvendo a Sociedade, de um lado, e, de outro lado, qualquer um dos acionistas ou Partes Relacionadas, devendo deixar de votar o acionista envolvido ou relacionado à Parte Relacionada; (xv) Cessão, oneração e transferência de marcas, patentes e quaisquer outros direitos de propriedade industrial de titularidade da Sociedade e/ou de qualquer uma de suas Controladas (ou que ainda estejam pendentes de confirmação da titularidade da Sociedade e/ou qualquer uma de suas Controladas pelo órgão competente); (xvi) Concessão de garantias, avais, fianças, hipotecas ou outros Ônus reais em favor de Terceiros, salvo se em favor de empresas Controladas. **Artigo 19.** Alteração das matérias sujeitas à aprovação das Assembleias, bem como das normas aplicáveis à sua convocação e realização, somente serão aprovadas nas Assembleias se houver aprovação de acionistas representando 100% do Capital Social votante da Sociedade. **Capítulo IV – Da Administração: Artigo 20.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria de no mínimo 2 Diretores, residentes no país, acionistas, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição, eleitos pela Assembleia Geral, que também poderá estabelecer a sua remuneração. **Artigo 21.** Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a posse dos novos Diretores, regularmente eleitos. **Artigo 22.** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das S.A. **Artigo 23.** Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade. **Artigo 24.** A Diretoria será composta por no mínimo 2 Diretores, sendo um deles o Presidente, podendo os acionistas nomearem outros Diretores, com ou sem designação específica. **§ Único:** Além dos deveres previstos na lei, são deveres do Presidente: I. – representar a Sociedade em juízo ou fora dela, ativa ou passivamente, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, bem como instituições financeiras, sempre em conjunto com, no mínimo, outro Diretor, conforme previsto neste Estatuto e observadas as matérias sujeitas à deliberação prévia dos acionistas; II. convocar reuniões da Diretoria quando quer que julgar conveniente; III. dirigir e administrar a Sociedade em todas as suas atividades, com a assistência dos outros Diretores; IV. propor para aprovação dos acionistas a criação ou eliminação de funções e cargos administrativos, bem como as remunerações correspondentes; V. de maneira geral, desempenhar quaisquer outras funções ou atividades que lhe possam ser especificamente atribuídas pela Assembleia Geral. **Artigo 25.** Observado o disposto no artigo 26, abaixo, a representação da Sociedade será válida se contar com a assinatura de 2 diretores em conjunto. **§ 1º:** A Diretoria poderá nomear procuradores especificando os poderes outorgados e o prazo de validade nos respectivos instrumentos de procuração. **§ 2º:** O mandato judicial poderá ser concedido por prazo indeterminado. **Artigo 26.** A Sociedade deverá ser representada pela assinatura de, no mínimo, 3 diretores em conjunto, para a celebração ou rescisão de qualquer contrato, inclusive com instituições financeiras ou assunção de qualquer obrigação cujo valor individual seja igual ou superior a R\$ 50.000,00. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal: Artigo 27.** A Sociedade não terá um Conselho Fiscal permanente. Se e quando instalado como previsto na lei, o Conselho Fiscal será composto por 3 membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, observados os requisitos e impedimentos legais, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, que fixará a remuneração destes. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados: Artigo 28.** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das disposições legais pertinentes. **Artigo 29.** Deverá ser destinado para a constituição das reservas legais 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social. **Artigo 30.** Um dividendo mínimo de 5% dos lucros líquidos apurados no Balanço Geral deverá ser distribuído aos acionistas, após a constituição das reservas legais. **§ Único:** A assembleia geral, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, poderá deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro líquido, nos termos da lei. **Artigo 31.** A Sociedade, à opção da maioria dos Diretores, poderá levantar balanços intercalares em qualquer época durante o curso do exercício social, bem como distribuir dividendos com base nos lucros apurados em tais balanços. **Capítulo VII – Dissolução e Liquidação: Artigo 32.** A Sociedade dissolver-se-á e liquidar-se-á nos casos previstos em Lei. **§ Único:** A Assembleia Geral terá a autoridade para estabelecer o método de liquidação, bem como para eleger os liquidantes. **Capítulo VIII – Transferência de Ações: Artigo 33.** O acionista que pretender alienar ou transferir, a qualquer título, as suas Ações ou o seu direito de subscrição de novas Ações, no todo ou em parte, deverá respeitar o direito de preferência dos demais acionistas, além dos demais direitos eventualmente pactuados no(s) Acordo(s) de Acionistas da Sociedade. **§ Único:** Será nula de pleno direito a transferência de Ações que violar o disposto nesta cláusula. **Capítulo IX – Falecimento e Auração de Haveres: Artigo 34.** No caso de falecimento de qualquer dos Acionistas, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os Acionistas remanescentes, juntamente com os herdeiros e/ou sucessores do Acionista falecido, os quais deverão aderir ao presente Acordo. **Artigo 35.** Os haveres de qualquer Acionista serão apurados por meio de levantamento do balanço especial com data base do dia 30 do mês imediatamente anterior à data do evento morte, meação, incapacidade, exclusão ou retirada ("Fato Gerador"), aplicando-se a proporção de participação de quotas envolvidas. Referido balanço patrimonial deverá ser levantado no prazo de 60 dias a contar do Fato Gerador. Os haveres serão pagos em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo índice *IGPM/FGV* ou por outro que venha a substituí-lo, vencendo-se a primeira parcela nos 90 dias a contar do Fato Gerador. **Capítulo X – Acordo de Acionista: Artigo 36.** O(s) Acordo(s) de Acionistas, devidamente registrados na sede da Sociedade, que disciplinem a compra e venda de ações, o direito de preferência na sua compra e venda ou o exercício do direito de voto e do poder de controle, entre outros, serão sempre observados pela Companhia. **§ Único:** Os Administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral não poderá computar voto proferido pelos acionistas em contrariedade com os termos de tais acordos. **Capítulo XI – Disposições Gerais: Artigo 37.** Aos casos omissos deste Estatuto serão aplicadas as disposições da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e, de outras em vigor, pertinentes à matéria, assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 03 vias de igual teor e para o mesmo fim. **Artigo 38.** Fica eleito o Fórum da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Estatuto Social, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser. Advogado: Lucas Amorim e Silva – OAB/SP nº 285.716. JUCESP nº 334.635/21-4 e NIRE 35.300.572.882 em 14/07/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Ufinet Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 06.288.154/0001-07

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

Balancos Patrimoniais	2020		2019		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Reserva de lucros		Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Total
	2020	2019	2020	2019		Capital social	Reserva legal		
Ativo Circulante	10.528.611	17.569.205	39.199.421	24.775.598					
Caixa e equivalentes de caixa	2.920.941	3.073.874	(20.543.281)	(11.282.080)					
Contas a receber de clientes	5.709.545	14.205.203	18.656.140	13.493.518					
Impostos e contribuições e recuperar	379.887	-	(2.052.721)	(2.655.779)					
Despesas antecipadas	293.377	38.764	(2.446.346)	(2.375.177)					
Demais ativos	1.224.861	251.364	393.625	(280.802)					
Não circulante	68.859.422	50.139.733	16.603.419	10.837.739					
Outras contas a receber	86.997	86.997	(3.280.551)	(1.573.196)					
Partes relacionadas	4.859.860	-	458.947	1.219.410					
Ativos de direito de uso	4.808.564	1.689.640	(3.739.498)	(2.792.606)					
Imobilizado	58.844.602	48.361.412	13.322.868	9.264.543					
Intangível	259.399	1.684	(4.735.707)	(3.266.616)					
Total do ativo	79.388.033	67.708.938	56.802.840	35.612.327					
Passivo e patrimônio líquido Circulante	15.696.127	5.751.988	8.587.161	5.997.927					
Empréstimos e financiamentos	2.653.926	-	2.550.516	2.588.317					
Fornecedores a pagar	3.320.282	702.943	511.378	-					
Obrigações trabalhistas	511.500	254.492	-	-					
Obrigações tributárias e sociais	2.607.440	1.997.460	-	-					
Impostos a recolher sobre receita diferida	90.620	201.760	-	-					
Receita diferida	1.683.196	2.344.747	-	-					
Arrendamento a pagar	1.382.607	-	-	-					
Dividendos a pagar	2.039.451	-	-	-					
Demais passivos	1.407.105	250.586	-	-					
Não circulante	28.082.510	32.754.866	2.617.339	(402.019)					
Empréstimos e financiamentos	4.500.000	-	257.008	96.413					
Arrendamento a pagar	3.647.822	1.793.965	609.980	1.150.470					
Impostos a recolher sobre receita diferida	975.222	2.387.492	(11.294.590)	(42.092)					
Receita diferida	17.456.955	27.120.898	(11.294.590)	(42.092)					
Provisão para riscos fiscais	1.452.511	1.452.511	-	-					
Patrimônio líquido	35.609.396	29.202.084	2.617.339	(402.019)					
Capital social	29.800.000	29.800.000	2.617.339	(402.019)					
Reserva de lucros	5.809.396	299.896	257.008	96.413					
Prejuízos acumulados	-	(897.812)	609.980	1.150.470					
Total do passivo e patrimônio líquido	79.388.033	67.708.938	56.802.840	35.612.327					
Demonstração dos Resultados Abrangentes									
	2020	2019	2020	2019					
Lucro líquido do exercício	8.587.161	5.997.927	8.587.161	5.997.927					
Total do resultado abrangente do exercício	8.587.161	5.997.927	8.587.161	5.997.927					

Álvoro Luiz Melges Britto – Diretor

André Ricardo Dannemann – Contador CRC: 1SP 274.400/O-5

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,2211 / R\$ 5,2217 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,1940 / R\$ 5,1960 *

Turismo - R\$ 5,1930 /

R\$ 5,3670

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: -0,95%

OURO BM&F

R\$ 285,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,66%

Pontos: 122.202

Volume financeiro:

R\$ 26,967 bilhões

Maiores altas: PetroRio

ON (6,48%), Embraer

ON (3,27%), Usiminas

PN (2,70%)

Maiores baixas: Iguatemi

ON (-3,74%), Eneva ON

(-3,35%), Lojas Americanas

PN (-2,73%)

S&P 500 (Nova York):

0,10%

Dow Jones (Nova York):

0,46%

Nasdaq (Nova York):

-0,49%

CAC 40 (Paris): 0,10%

Dax 30 (Frankfurt):

0,16%

Financial 100 (Londres):

0,40%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,24%

Hang Seng (Hong Kong):

1,23%

Shanghai Composite

(Xangai): 1,01%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 1,16%

Merval (Buenos Aires):

2,91%

IPC (México): 0,42%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Junho 2021: 0,53%

Julho 2021: 0,96%

Publicidade Legal

Lindt & Sprüngli (Brazil) Comércio de Alimentos S.A.					
CNPJ/MF nº 20.702.154/0001-32					
Relatório da Diretoria					
<p>Prezados Acionistas. De acordo com as disposições legais e estatutárias, a diretoria da Lindt & Sprüngli (Brazil) Comércio de Alimentos S.A., vem apresentar a V.Sas. o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do</p>			<p>patrimônio líquido, dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa para o período de 12 meses findos naquela data. As demonstrações para o ano findo de 2019 são apresentadas para efeito comparativo. Para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, ficamos à disposição dos Senhores Acionistas em nossa sede social na Rua Professor Atilio Innocentini, nº 165 conjunto 1201 sala 02 – São Paulo-SP, na qual encontram-se arquivadas as demonstrações completas.</p> <p>A Diretoria</p>		
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)					
Balanço Patrimonial			Demonstração do Resultado		
Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
Circulante	66.485	59.787	Circulante	62.276	37.018
Caixa e equivalentes de caixa	13.362	17.773	Fornecedores	8.884	6.127
Contas a receber	25.351	19.660	Contas a pagar	6.395	2.956
Estoques	24.132	20.345	Partes relacionadas	11.138	180
Adiantamento a fornecedores	2.703	639	Obrigações trabalhistas e tributárias	10.612	14.472
Tributos a recuperar	203	942	Dividendos propostos a acionistas	4.474	4.474
Despesas antecipadas	469	45	Empréstimos	10.000	-
Créditos diversos	266	383	Passivo de arrendamento	10.773	8.809
Não Circulante	111.401	114.567	Não circulante	49.464	53.670
Impostos a recuperar	2.366	2.381	Passivo de arrendamento	49.236	53.387
Imposto diferido	3.790	2.069	Provisão riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	228	283
Imobilizado	12.854	13.716	Patrimônio Líquido	66.146	83.666
Ativos de direito de uso	56.772	60.405	Capital Social	40.792	40.151
Intangível	35.619	35.996	Reservas	25.354	43.515
Total do Ativo	177.886	174.354	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	177.886	174.354
Demonstrações do Fluxo de Caixa					
Atividades operacionais	2020	2019	2020	2019	
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	(19.240)	25.915	Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.673)	(9.280)
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa	-	-	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.126	30.831
Depreciação e amortização	5.608	5.415	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(3.263)	(5.064)
Depreciação por direito de uso	11.134	9.525	Aquisição do imobilizado	(1.106)	(1.430)
Baixas do imobilizado e intangível	-	104	Aquisição do intangível	(4.369)	(6.494)
Variação na provisão para demandas judiciais	(5)	89	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.369)	(6.494)
Juros sobre obrigações com arrendamentos	4.481	4.564	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	10.000	(3.621)
Variações nos ativos e passivos:	(5.691)	(5.117)	Captação de empréstimos	10.000	-
Contas a receber	(3.787)	(4.829)	Dividendos pagos	-	(3.621)
Estoques	(2.064)	1.758	Pagamento de passivo de arrendamento	(14.169)	(12.297)
Adiantamento a fornecedores	117	189	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(4.169)	(15.918)
Créditos diversos	755	627	Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(4.411)	8.419
Tributos a recuperar	(424)	35	Demonstração do acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	17.773	9.354
Despesas antecipadas	2.757	455	No início do exercício	13.362	17.773
Fornecedores	(11)	3.144	No final do exercício	(4.411)	8.419
Obrigações trabalhistas e tributárias	3.439	(2.152)	Redução no caixa e equivalentes de caixa	(4.411)	8.419
Contas a pagar	10.958	180			
Partes relacionadas	-	853			
Dividendos a pagar	7.977	40.755			
Caixa gerado nas operações	(177)	(644)			
Juros pagos					

Moedas Globais: dólar sobe ante pares antes de inflação dos EUA



O dólar se valorizou ante os principais pares nesta terça-feira. A divisa dos Estados Unidos está forte desde que a divulgação do relatório de empregos do país em julho, que mostrou criação de vagas acima do esperado, alimentou expectativas de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) antecipará a redução de estímulos à economia. Hoje, um dirigente da instituição voltou a defender essa ideia. O mercado também operou em compasso de esperar pelo índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês), que será divulgado amanhã.

Perto do horário de fechamento em Nova York, o dólar subia a 110,58 ienes, o euro

recuava a US\$ 1,1722 e a libra cedia a US\$ 1,3835. O índice DXY, que mede a variação da moeda americana contra seis rivais, registrou alta de 0,12%, a 93,055 pontos.

“Um coro de autoridades do Fed esta semana defendeu que o banco central retirasse o estímulo antes do final do ano”, afirma o analista Joe Manimbo, da Western Union, ao comentar a força do dólar.

Ontem, o presidente da distrital de St. Louis do Fed, James Bullard, afirmou que a criação de empregos acima do previsto em julho no país (943 mil novas vagas) significa que a economia tem progredido o suficiente para justificar o início do “tapering”, como é o chamado o processo de redu-

ção das compras de ativos.

“Faltam pouco mais de 2 semanas para o Simpósio de Jackson Hole do Federal Reserve e os investidores estão comprando dólares com a premissa de que o Fed preparará o terreno para o tapering em setembro”, diz a diretora de estratégia cambial da BK Asset Management, Kathy Lien.

A analista da BK também destaca a inflação que será divulgada amanhã. A mediana das estimativas de 26 analistas consultados pelo Projeções Broadcast indica avanço mensal de 0,5% do indicador cheio e de 0,4% do núcleo. Se confirmado, esse resultado apresentará uma desaceleração ante junho, mas o dado tem surpreendido os economistas nos últimos meses. IstoéDinheiro

Bola Pro Alto Aluguéis Esportivos S/A – CNPJ/MF nº 32.020.028/0001-87			
Ata de Assembleia Geral Extraordinária			
Data, Hora e Local: 14/04/2021, às 10h00, na sede da Sociedade. Convocação e Presença: Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. Mesa: Adriano Soncini, Presidente; Caio Troi Del Carlo Cagno, Secretário. Ordem do Dia: deliberar sobre aumento do capital social da Sociedade, com emissão de novas ações.			
Deliberações: 1. Os acionistas, por unanimidade, decidem aprovar o aumento de capital social da Sociedade, no valor de R\$ 500.000, passando o mesmo de R\$ 1.450.000,00 para R\$ 1.950.000,00, mediante a emissão de 79.684 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$ 6,2748 por ação, as quais são totalmente subscritas e integralizadas. 1.1. Em consequência do aumento de capital social da Sociedade, os acionistas aprovam a alteração do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 5º. O capital social é de R\$ 1.950.000,00, dividido em 1.529.684 Ações Ordinárias Nominativas, de mesma classe, sem valor nominal, cuja forma de subscrição e integralização consta nos respectivos documentos e subscrição de ações da Sociedade.” Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Assinaturas: Adriano Soncini – Presidente; Caio Troi Del Carlo Cagno – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 357.896/21-0 em 29/07/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.			

Budyonny Empreendimentos e Participações S.A.			
(em fase de organização)			
Ata de Assembleia Geral de Constituição			
1. Data, Hora e Local: No dia 10/12/2020, às 16:00 horas, em São Paulo-SP, na Rua Padre Luciano, 97, Jardim França.			
2. Presença: A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia, devidamente qualificados nos Boletins de Subscrição, que constituem o documento nº 01, anexo a esta ata. 3. Mesa: Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. 4. Convocação: Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. 5. Ordem do Dia: Discutir e deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada sob a denominação Budyonny Empreendimentos e Participações S.A.; (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia; (iii) a eleição dos membros da Diretoria; e (iv) outros assuntos de interesse. 6. Deliberações: 6.1 Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de Budyonny Empreendimentos e Participações S.A. com Sede e Foro em São Paulo-SP, na Rua Padre Luciano, 97, Jardim França. 6.2 Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.500,00, representado por 1.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10%, tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 150,00 depositados em conta vinculada, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos nºs 01 e 02 anexos a esta Ata. 7. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento nº 03 anexo a esta ata, dando-se assim por efetivamente constituída a Budyonny Empreendimentos e Participações S.A. em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 7. Eleger o Sr. Edson Vicente da Silva Filho, portador do RG nº 48.351.732-X (SSP-SP) e do CPF nº 366.209.668.45, para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. Gabriela Albuquerque Pace, portadora do RG nº 44.072.471-5 SSP-SP e do CPF nº 352.021.748-10, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil e, ato contínuo, tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 8. Autorizar a lavratura desta ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, do § 1º da Lei 6404/76. 9. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. 10. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. São Paulo, 10/12/2020. Mesa: Edson Vicente da Silva Filho – Presidente; Gabriela Albuquerque Pace – Secretária. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.565.088 em 19/02/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.			

Shagya Empreendimentos e Participações S.A.			
(em fase de organização)			
Ata de Assembleia Geral de Constituição			
1. Data, Hora e Local: No dia 10/12/2020, às 16:00 horas, em São Paulo-SP, na Rua Padre Luciano, 97, Jardim França.			
2. Presença: A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia, devidamente qualificados nos Boletins de Subscrição, que constituem o documento nº 01, anexo a esta ata. 3. Mesa: Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. 4. Convocação: Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. 5. Ordem do Dia: Discutir e deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada sob a denominação Shagya Empreendimentos e Participações S.A.; (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia; (iii) a eleição dos membros da Diretoria; e (iv) outros assuntos de interesse. 6. Deliberações: 6.1 Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de Shagya Empreendimentos e Participações S.A. com Sede e Foro em São Paulo-SP, na Rua Padre Luciano, 97, Jardim França. 6.2 Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.500,00, representado por 1.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10%, tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 150,00 depositados em conta vinculada, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos nºs 01 e 02 anexos a esta Ata. 7. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento nº 03 anexo a esta ata, dando-se assim por efetivamente constituída a Shagya Empreendimentos e Participações S.A. em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 7. Eleger o Sr. Edson Vicente da Silva Filho, portador do RG nº 48.351.732-X (SSP-SP) e do CPF nº 366.209.668.45, para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. Gabriela Albuquerque Pace, portadora do RG nº 44.072.471-5 SSP-SP e do CPF nº 352.021.748-10, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil e, ato contínuo, tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 8. Autorizar a lavratura desta ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, do § 1º da Lei 6404/76. 9. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. 10. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. São Paulo, 10/12/2020. Mesa: Edson Vicente da Silva Filho – Presidente; Gabriela Albuquerque Pace – Secretária. JUCESP – Registrado sob o NIRE nº 35.300.565.827 em 05/03/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.			

Com foco no BC, Ibovespa fecha em baixa de 0,66%, a 122.202,47 pontos



O Ibovespa esboçou pela manhã engrenar o terceiro dia de recuperação moderada, mas perdeu fôlego à tarde, em meio ao reforço da percepção de que o BC está atrás da curva, correndo contra o tempo para fazer com que a inflação de 2022 possa convergir para a meta. Ao fim, tendo renovado mínima do dia a 122.061,47 pontos após participação do diretor de Política Monetária do Banco Central, Bruno Serra, em evento do Goldman Sachs, o Ibovespa mostrava perda de 0,66%, aos 122.202,47 pontos, saindo de máxima a 123.512,77, com abertura a 123.021,24 pontos. Modera-

do, o giro foi de R\$ 26,8 bilhões nesta terça-feira.

No mês, o Ibovespa avança 0,33%, acumulando ganho de 2,68% no ano e cedendo 0,49% na semana.

Em Nova York, o dia foi misto, com o Nasdaq (-0,49%) devolvendo os leves ganhos de segunda-feira, quando havia se descolado de Dow Jones e S&P 500, que vinham então de recordes de fechamento – nesta terça, os índices blue chip e amplo de Nova York subiram, respectivamente, 0,46% e 0,10%, no dia em que o Senado americano aprovou aguardado pacote trilionário para investimentos em infraestrutura.

IstoéDinheiro

Publicidade Legal

FACESSP – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo

CNPJ/MF nº 62.876.768/0001-80

Balancos Patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores em Reais)				Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores em Reais)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores em Reais)			
	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo Circulante		57.509.901,88	16.753.715,59	Passivo Circulante		3.913.187,85	10.699.356,30				
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	54.955.061,92	13.146.467,42	Contas a Pagar	8	3.679.405,27	10.430.066,30	Resultado Operacional			
Contas à Receber	4	2.534.006,56	3.589.844,83	Salários e Encargos Sociais	9	60.267,29	60.795,27	Contribuição Associativa		539.259,96	738.939,80
Adiantamentos	5	20.833,40	17.403,34	Impostos e Contrib a recolher	10	12.885,88	8.754,87	Contribuição SII-FACESP	12	1.358.269,09	1.436.232,00
Ativo não Circulante		2.862.456,96	344.459,01	Férias e encargos a pagar	11	160.629,41	199.739,86	Certificação Digital		878.993,10	866.895,56
Investimentos		316.624,00	316.624,00	Patrimônio Líquido		56.459.170,99	6.398.818,30	Cartões Accreditado		—	—
Accredito Invest. Por equivalência	18	680.674,41	—	Patrimônio Social		40.455.944,31	4.581.378,80	Outras Receitas	14/15/16	1.256.323,59	1.357.626,21
Accredito-Agio p/ Rentab. Futura	6	1.850.000,00	—	Reservas para Contingência		16.720.010,34	—	Congresso/PROE/INTAL		380.253,57	1.876.020,26
Imobilizado	7	14.109,07	26.102,93	Superávit/Déficit do exercício		(716.783,66)	1.817.439,50			4.413.099,31	6.275.713,83
Intangível		1.049,48	1.732,08	Total do Passivo		60.372.358,84	17.098.174,60	Despesas Fixas- Operacionais			
Total do Ativo		60.372.358,84	17.098.174,60					Despesa com Pessoal		1.872.907,55	1.984.297,41
								Propaganda e Publicidade		—	441,45
								Ocupação		124.552,01	22.834,45
								Utilidades e Serviços		17.447,55	23.801,57
								Gerais		505.259,10	1.744.884,46
								Serviços Contratados-PJ/PF		2.598.373,53	3.420.843,80
								Provisão para Créd. Liq. Duvidosa		57.049,48	132.677,31
										5.175.589,22	7.329.780,45
								Resultado Financeiro			
								Receitas Financeiras		187.670,23	289.221,01
								Despesas Financeiras		74.659,13	77.200,08
										113.011,10	212.020,93
								Outras Receitas/Despesas			
								Recuperação de Despesa		140.211,12	520.085,54
								Repasso ACS		489.312,62	2.247.168,62
								Perdas c/ Equip. Patr. + Imobilizado		(696.828,59)	(107.768,97)
										(67.304,85)	2.659.485,19
								Superávit/Déficit do Exercício		(716.783,66)	1.817.439,50
								14. Accelular			
								Accelular		2020	2019
								(-) Repasse		3.637.821,38	3.040.725,44
										(2.413.286,85)	(1.904.865,06)
										1.224.534,53	1.135.860,38
								15. Certificado de Origem			
								Certificado de Origem		2020	2019
								(-) Repasse		260.623,73	381.790,61
										(228.834,67)	(328.378,40)
										31.789,06	53.412,21
								16. ADMIX – Benefícios			
								Saúde		2020	2019
								(-) Repasse		—	468.985,13
										—	(300.631,51)
										—	168.353,62
								17. Resultado de Exercício Anteriores			
								Reversão Prov. Despesas 2018		2020	2019
								Reversão Prov. Despesas 2019		335.777,50	—
								Pagamentos		1.041.725,50	—
										223.132,34	—
										1.600.635,34	—
								18. Equivalência Patrimonial Investida			
								Accredito		2020	2019
								Gestão de Benefícios		—	—
								Investido		1.377.503,00	29/12/2020
								Participação		100	RS 680.674,41
								Patrimônio Líquido em Ganho Equivalência		—	696.828,59
								Perda/Valência		—	—

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores: FACESSP – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo. Examinamos as demonstrações financeiras da FACESSP ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos e de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. São Paulo, 30/06/2021.

Ricardo Anderson Ribeiro – Conselheiro
Antonio Carlos Parise – Conselheiro
Ary de Oliveira Russo – Conselheiro

Nataniel Miranda dos Anjos – Superintendente Geral
Cleber Coelho da Silva – Contador CRC 1SP 222.402/0-2

Carminato Associados Auditoria Contab Ltda. – CRC 2SP 021740
Gelson Saturno de Souza – Sócio Contador CRC 1SC 005815/0-7

ST Campo Belo SPE Empreendimento Ltda.
 CNPJ/MF nº 12.513.118/0001-00 – NIRE 35.224.665.242
Ata de Reunião de Sócios da realizada em 01 de julho de 2021
Data, Hora e Local: Ao 01/07/2021, às 10h00, na sede da Sociedade. **Mesa:** Presidente: Stefan Neuding Neto; Secretário: André Neuding Filho. **Publicações:** Dispensadas as publicações, tendo em vista a presença da totalidade dos sócios. **Ordem do Dia:** Deliberar a respeito das seguintes matérias: (i) Análise da proposta de redução do capital social da Sociedade; (ii) aprovação do item (i) anterior, alterar a redação da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade; (iii) autorizar a administração a prática de atos pertinentes. **Deliberações:** Após a discussão das matérias, os sócios, por unanimidade, de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: (i) é aprovada a redução do capital social da Sociedade que, atualmente, é de R\$ 10.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, para R\$ 1.000,00 mediante o cancelamento de 9.999.000 quotas, no valor de R\$ 9.999.000,00 por este capital social ter se tornado excessivo em relação ao objeto da Sociedade. A redução de capital ora aprovada é realizada em relação cada sócio na proporção de suas respectivas participações no capital social, e, após efetivada a redução, cada sócio passará a possuir as seguintes participações: (a) **Stan Empreendimentos e Participações Ltda.** que, atualmente, é de 3.500.000 quotas, no valor de R\$ 3.500.000,00, passa a possuir 350 quotas no valor de R\$ 350,00; (b) **VRE D2 S.A.** que, atualmente, é de 3.500.000 quotas, no valor de R\$ 3.500.000,00, passa a possuir 350 quotas no valor de R\$ 350,00; e, (c) **Kallas Incorporações e Construções S.A.** que, atualmente, é de 3.000.000 quotas, no valor de R\$ 3.000.000,00, passa a possuir 300 quotas no valor de R\$ 300,00. (ii) Ante a alteração acima, os sócios aprovam a alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social que passa a vigorar com a seguinte redação: **Cláusula 5ª.** O capital social é de R\$ 1.000,00, divididos em 1.000 quotas, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, assim distribuídas entre as sócias: **Sócias: % – Quotas – Valor (R\$) Total:** Stan Empreendimentos e Participações Ltda.: 35 – 350 – R\$ 350,00; VRE D2 S.A.: 35 – 350 – R\$ 350,00; Kallas Incorporações e Construções S.A.: 30 – 300 – R\$ 300,00; **Total: 100 – 1.000 – R\$ 1.000,00, § 1º.** Nos termos dispostos na legislação em vigor, fica expressamente consignado que a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. **§ 2º.** As quotas não individuais em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais. **§ 3º.** É vedado aos sócios caucionar ou, de qualquer forma, penhorar ou onerar suas quotas de capital, no todo ou em parte, salvo em favor de outro sócio. **§ 4º.** As quotas não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, sem o consentimento dos demais sócios, respeitado o direito de preferência previsto no Capítulo VI deste contrato. (iii) por fim, fica autorizada a administração da Sociedade a efetuar todos os atos para a eficácia das deliberações ora aprovadas, inclusive as publicações legais exigidas para efetivação da redução de capital ora aprovada. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 01/07/2021. **Mesa:** Stefan Neuding Neto – Presidente; André Neuding Filho – Secretário. **Sócios:** Stan Empreendimentos e Participações Ltda., André Victor Neuding; VRE D2 S.A., Thiago Bellini Motta Leomil e Marcelo Rezende Rainho Teixeira; Kallas Incorporações e Construções S.A., Emilio Rached Esper Kallas.

Claranet Technology S.A.
 CNPJ/ME nº 68.400.225/0001-79 – NIRE 35.300.378.466
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária
 Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do artigo 9º do Estatuto Social da Claranet Technology S.A. ("Companhia"), ficam os Senhores Acionistas da Companhia convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 17 de agosto de 2021, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, Avenida Tamboré, nº 267, 17º andar, Torre Norte, Conjunto de escritórios 171-B, Canopus Corporate At, no Bairro Tamboré, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-000, a fim de deliberarem acerca da seguinte Ordem do Dia: (a) ratificar a reforma do estatuto social da subsidiária Mandic S.A. no que se refere à sede social, composição da Diretoria, forma de representação, alteração da lista de matérias que dependem de deliberação da Assembleia Geral, alteração do exercício social e consolidação do estatuto social; (b) revisão das atribuições da Assembleia Geral e Conselho de Administração da Companhia; (c) aceitar a renúncia do Sr. João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (d) aumento do capital social da Companhia; (e) autorização para a administração realizar todos e quaisquer atos necessários para formalizar o aumento de capital; (f) adequação do número de membros do Conselho de Administração, inclusão da previsão de conselheiros independentes e eleição de novos membros para o Conselho de Administração da Companhia; (g) aprovação do plano de opções para a aquisição ou subscrição de ações da Companhia; (h) autorização para a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (i) autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de admissão à negociação no segmento de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ("B3" e "Novo Mercado", respectivamente); (j) realização de oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia, a ser registrada junto à CVM ("Oferta"); (k) autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias à (1) obtenção do registro como emissor de valores mobiliários categoria "A" e do registro da Oferta, ambos perante a CVM, e da autorização pela B3 para aderir ao Novo Mercado, e (2) aprovação de todos os termos e condições da Oferta aplicáveis à Companhia, incluindo a celebração de todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta e ao aumento de capital social; e (m) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de (1) refletir as deliberações anteriores no Estatuto Social da Companhia, (2) criar o capital autorizado da Companhia, (3) criar o cargo de Diretor de Relações com Investidores e (4) adaptá-lo às regras aplicáveis a companhias abertas, ao Regulamento do Novo Mercado e ao Regulamento do Novo Mercado, no que for aplicável à Companhia. **Informações Gerais:** Os Acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral Extraordinária por procurador, mediante procuração devidamente regularizada na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, que ficará arquivada na sede da Companhia. O Acionista ou o seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral Extraordinária munido de documentos que comprovem sua identidade e capacidade para a representação do respectivo Acionista. Ademais, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, os documentos pertinentes aos itens da Ordem do Dia. São Paulo, 07 de agosto de 2021. Antônio Miguel Caetano Ferreira – (Presidente do Conselho de Administração). (07, 10 e 11/08/2021)

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6395
 Dólar (EUA) - 5,4036
 Franco (Suíça) - 5,9198
 Iene (Japão) - 0,04942
 Libra (Inglaterra) - 7,4780
 Peso (Argentina) - 0,05776
 Peso (Chile) - 0,007614
 Peso (México) - 0,2676
 Peso (Uruguai) - 0,1234
 Yuan (China) - 0,8348
 Rublo (Rússia) - 0,07184
 Euro - 6,1214

Bola Pro Alto Aluguéis Esportivos S/A – CNPJ/MF nº 32.020.028/0001-87
Ata de Assembleia Geral Extraordinária
Data, Hora e Local: 16/04/2021, às 10h00, na sede da Sociedade. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Adriano Soncini, Presidente; Sr. Caio Troi Del Carlo Cagno, Secretário. **Ordem do Dia:** deliberar sobre aumento do capital social da Sociedade, com emissão de novas ações. **Deliberações:** 1. Os acionistas, por unanimidade, decidem aprovar o aumento de capital social da Sociedade, no valor de R\$ 465.000,00, passando o mesmo de R\$ 2.075.000,00 para R\$ 2.540.000,00, mediante a emissão de 40.583 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$ 11,4580 por ação, as quais são totalmente subscritas e integralizadas. 1.1. Em consequência do aumento de capital social da Sociedade, os acionistas aprovam a alteração do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 2.540.000,00, dividido em 1.593.684 Ações Ordinárias Nominativas, de mesma classe, sem valor nominal, cuja forma de subscrição e integralização consta nos respectivos documentos e subscrição de ações da Sociedade." **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pedisse, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. **Adriano Soncini** – Presidente; **Caio Troi Del Carlo Cagno** – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 357.899/21-7 em 29/07/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Bola Pro Alto Aluguéis Esportivos S/A – CNPJ/MF nº 32.020.028/0001-87
Ata de Assembleia Geral Extraordinária
Data, Hora e Local: 15/04/2021, às 10h00, na sede da Sociedade. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Adriano Soncini, Presidente; Sr. Caio Troi Del Carlo Cagno, Secretário. **Ordem do Dia:** deliberar sobre aumento do capital social da Sociedade, com emissão de novas ações. **Deliberações:** 1. Os acionistas, por unanimidade, decidem aprovar o aumento de capital social da Sociedade, no valor de R\$ 125.000,00, passando o mesmo de R\$ 1.950.000,00 para R\$ 2.075.000,00, mediante a emissão de 23.417 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$ 5,3380 por ação, as quais são totalmente subscritas e integralizadas. 1.1. Em consequência do aumento de capital social da Sociedade, os acionistas aprovam a alteração do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 2.075.000,00, dividido em 1.553.101 Ações Ordinárias Nominativas, de mesma classe, sem valor nominal, cuja forma de subscrição e integralização consta nos respectivos documentos e subscrição de ações da Sociedade." **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Assinaturas: **Adriano Soncini** – Presidente; **Caio Troi Del Carlo Cagno** – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 357.897/21-3 em 29/07/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

www.datamercantil.com.br

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Negócios

BTG Pactual bate recordes e abre novas frentes



No fim da manhã desta quarta-feira, durante a teleconferência do BTG Pactual com analistas, uma palavra se destacou em meio aos diversos indicadores do resultado apurado pelo banco entre abril e junho: recorde.

Do lucro líquido à captação de recursos, não foram poucas as marcas batidas no período e que se traduziram no melhor trimestre da história do banco, com crescimento em todas as suas linhas de negócio.

“Foi um trimestre que comprovou o nosso novo patamar de receita e resultado”, disse Roberto Salouti, CEO do BTG Pactual. “Tivemos uma distribuição muito equilibrada e, cada vez mais, estamos caminhando para o

que vai ser quase que uma igualdade entre nossas quatro franquias.”

Sob essa ótica, o BTG Pactual destacou lançamentos recentes e alguns dos próximos passos para sustentar esse crescimento, com destaque para algumas das linhas de negócio do seu portfólio.

Uma das novidades em teste, na sequência da conta corrente para pessoa física lançada no primeiro trimestre de 2021, é a conta corrente para pessoas jurídicas, com foco nas pequenas e médias empresas.

“Hoje, o crescimento da nossa carteira PJ em PMEs é baseado em dois produtos, recebível de cartão e alteração de desconto de duplicata contra grandes empresas”, afirmou João Dantas, CFO

do BTG Pactual. “Vamos ampliar nossa capacidade de atração e de geração de receita para esse segmento.”

A área de gestão de fortunas também está se movimentando. No trimestre, impulsionada pela plataforma digital BTG+, a área reportou uma captação de R\$ 54 bilhões, alta de 19% sobre igual período de 2020, e uma receita recorde de R\$ 375 milhões, com crescimento de 89%.

Nesse segmento, o BTG Pactual acaba de lançar a Finanças+, plataforma de gestão da vida financeira dos investidores. “A ferramenta vai ajudando a administrar os gastos, olhando as tendências e usando muita inteligência artificial”, disse Dantas.

Neofeed

O mar está para peixe? Por que a JBS decidiu entrar nesse mercado



A JBS (JBSS3), gigante global de carnes, anunciou na última sexta-feira, 6, que fechou um acordo para comprar a Huon Aquaculture, segunda maior produtora de salmão da Austrália. A transação, com um valor de mercado de 315 milhões de dólares (equivalentes a 1,6 bilhão de reais), marca a entrada da brasileira no setor de aquicultura.

E não apenas isso, trata-se de um movimento estratégico da empresa. “A aquicultura será uma nova plataforma de crescimento dos nossos negócios”, afirmou Gilberto Tomazoni, CEO Global da JBS, em fato relevante divulgado ao mercado na ocasião.

Magazine Luiza, Amazon e Americanas disputam clientes no delivery: briga é por quem chega horas na frente

Não basta mais vender pela internet. Com a alta dos negócios on-line provocada pela pandemia, gigantes do comércio eletrônico e até start-ups iniciaram uma verdadeira guerra pela entrega ultrarrápida. Depois do clique, passou a ser uma questão de horas — ou minutos em alguns casos — até a chegada do produto à casa do cliente.

Essa rapidez, que já virou motivo de briga na publicidade, vem exigindo mudança no modelo de negócios, com o investimento em tecnologias de gerenciamento de estoque e ritmo pesado de aquisição de empresas de logística.

Para especialistas e empresas, o esforço ocorre por uma necessidade do próprio consumidor, que tem cada vez mais pressa para receber as compras em casa. Hoje,

em média, as entregas em até 24 horas já respondem por metade das operações no comércio eletrônico.

Mas a meta de muitas companhias é que esse marco seja substituído pelo delivery com prazos mais curtos, de dez minutos a duas horas.

Em um modelo que inclui o uso de lojas físicas como minicentros de distribuição, o Magazine Luiza adquiriu três start-ups de logística em três anos. A mais recente foi no fim de julho, a Sode, plataforma digital especializada em logística urbana para entregas ultrarrápidas.

A meta da companhia é fazer entregas em até uma hora em todas as capitais do país para produtos de até 15 quilos e, para isso, chegar a 33 centros de distribuição e 1.680 lojas físicas neste ano.

O Globo



O negócio ainda depende da aprovação dos acionistas e das autoridades australianas, o que está previsto para ocorrer até o fim deste ano. Somando com as dívidas da empresa, a operação sairá por 403 milhões de dólares (2,1 bilhões de reais).

“A compra deve adicionar outra camada de diversificação de proteínas à JBS, com sua entrada no mercado de salmão, ao mesmo tempo que permitirá que a Huon acesse as operações bem estabelecidas da companhia na Austrália”, escreveram os analistas Isabella Simonato e Guilherme Palhares, do Bank of America, em relatório.

Eles reiteraram recomendação de compra para as ações

JBSS3, com preço-alvo em 50,00 reais, dando um potencial de valorização de mais de 50% frente ao patamar atual.

Essa é a segunda aquisição da JBS na Austrália este ano. Em abril, comprou a Rivalea, líder na produção de suínos. A JBS está no país desde 2007, quando adquiriu as operações da Swift.

“Embora a Huon seja um peixe pequeno quando comparado a outros players nesse mercado [de peixes], como a Mowi, SalMar ou Bakka-frost, essa pode ser uma oportunidade para a JBS começar sua atuação em um setor fragmentado”, apontaram ainda os analistas do BofA.

Exame